



A EDUCAÇÃO COMO UM CAMPO HEGEMÔNICO DA LUTA DE CLASSES NO BRASIL

Jhersyka Barros Barreto

Instituto Federal de Alagoas

Resumo: O artigo analisa a educação como campo hegemônico da luta de classe no Brasil, visando discutir a relação da educação com os interesses de classe. O estudo parte da hipótese de que o processo de estruturação da educação brasileira sempre esteve ligado aos interesses da classe dominante, que ainda hoje utiliza esse aparelho ideológico a seu favor. Dessa forma, o presente artigo aborda o contexto histórico do desenvolvimento da educação no Brasil até os dias de hoje. A metodologia utilizada foi o levantamento de referências bibliográficas. O estudo evidenciou que desde o período Colonial, a educação é utilizada como aparelho ideológico para facilitar o domínio de uma parcela da sociedade sobre a outra. Já que passou a ter a função de adestrar o ser social, adequá-lo para o convívio em sociedade e prepará-lo para atender à necessidade do capital dentro do mundo do trabalho. A educação pode ser entendida como um campo de disputa hegemônica, onde as lutas e os interesses de classes se manifestam e são determinantes para a existência de um modelo dualista de sistemas educacionais. Por essa razão, na medida em que o sistema capitalista se solidificou, os sistemas educacionais se estruturaram, seguindo esse modelo dualista, segmentado, em que há a escola disciplinadora e adestradora para os filhos dos trabalhadores e escola formativa para os filhos das classes dominantes. Com as políticas neoliberais, a educação passou a ser explorada como meio de produção do capital humano. Assim, a disseminação da teoria do capital humano, como o remédio para a solução das desigualdades entre países desenvolvidos e subdesenvolvidos e entre os indivíduos, foi rápida nos países latino-americanos e de Terceiro Mundo, mediante os organismos internacionais.

Palavras-chave: História da Educação; Aparelho Ideológico; Luta de Classes.

INTRODUÇÃO

A educação, antes mesmo de ter um nome, já existia nas sociedades primitivas através dos ensinamentos passados dos mais velhos para os mais novos. As transições entre os tipos de sociedade, que eram marcadas pelo tipo de trabalho desenvolvido, traziam a necessidade de novas formas de organização. Com isso, temos, na sociedade capitalista, o desenvolvimento de novos meios de produção e de adaptação dos mecanismos de comunicação e de ensino para atender às novas necessidades.

O Estado foi criado pelo contrato social estabelecido para manter a ordem e evitar a autodestruição humana numa sociedade capitalista (MACHADO, 2009). Segundo Machado (2009), "a história do Brasil caracteriza-se pela presença de um Estado extremamente forte, autoritário, em contraposição a uma sociedade civil débil, primitiva, amorfa". Dessa forma, o Estado criado pelo contrato social foi desenvolvendo o seu aparelho repressivo e ideológico para facilitar o controle e a ordem diante de interesses de classes (dominante e dominada) completamente antagônicos.

Os Aparelhos do Estado estão divididos entre os repressivos e ideológicos, mesmo havendo ideologias atuantes dentro dos aparelhos repressivos e a repressão dentro dos aparelhos ideológicos (VAISMAN, 2006). Sendo assim, temos como aparelho repressivo, segundo Vaisman (2006), o Governo, a Administração, o Exército, a Polícia e todo aparato Estatal que funcione pelo uso da violência e do poder. Já o aparelho ideológico pode ser: Religioso, Escolar, Familiar, Cultural, Político, Sindical, Jurídico, Midiático, etc. Vaisman (2006), destaca que enquanto o aparelho repressivo é unificado e pertence ao domínio público, o aparelho ideológico pode ser de domínio privado.

Conhecer a relação do Estado com os aparelhos repressivos e ideológicos ajuda a entender a importância do Estado para o desenvolvimento das relações políticas, econômicas e sociais dentro do capitalismo. Na sociedade brasileira, a Igreja e a Escola foram, e ainda são, aparelhos ideológicos essenciais para favorecer tal desenvolvimento. Uma vez que desempenham a função de preparar o ser social e adequá-lo para o convívio em sociedade e para atender às necessidades do capital dentro do mundo do trabalho.

METODOLOGIA

Este artigo se propõe a discutir a hipótese de que historicamente, e ainda hoje, a classe dominante utiliza a educação, como aparelho ideológico, a seu favor. A metodologia utilizada para o desenvolvimento deste artigo foi o levantamento de referências bibliográficas. Dessa forma, abordaremos o contexto histórico do desenvolvimento da educação no Brasil até os dias de hoje.

RESULTADOS E DISCUSSÕES

A história da educação no Brasil inicia-se a partir da relação humana estabelecida entre os primeiros povos identificados em nosso território. Entre os índios o conhecimento era ensinado na vida prática, dia-a-dia, de forma coletiva entre os integrantes da tribo. Dessa forma, os mais velhos ensinavam aos mais novos as regras de convívio, os rituais, o trabalho e as divisões de tarefas, entre outras atividades (ROSSI, RODRIGUES e NEVES, 2009).

No Brasil Colônia (1500 a 1808), que teve início com a chegada dos portugueses e jesuítas, a educação ocorre através da realização da catequização dos povos indígenas. Nesse período, segundo Rossi, Rodrigues e Neves (2009), a educação era através dos ensinamentos dos valores e virtudes, os vícios a serem evitados, dos saberes considerados fundamentais para o exercício da vida e manutenção dos interesses da coroa portuguesa. A educação era, então, um fator determinante para facilitar a colonização e o domínio português sobre o território brasileiro em um momento em que o Brasil não era reconhecido como Nação.

A educação no período colonial esteve a cargo, não de forma exclusiva, mas hegemônica, dos padres e irmãos da Companhia de Jesus, durante os anos de 1549 a 1759, ou seja, desde o ano da chegada dos primeiros jesuítas no Brasil até sua expulsão pelo Marquês de Pombal. Durante esse tempo, os cristãos, portugueses ou não, os índios e os negros tiveram em sua educação a marca dos jesuítas. (ROSSI, RODRIGUES e NEVES, 2009, p. 32)

Segundo Rossi, Rodrigues e Neve (2009), paralelamente à educação dos índios, os jesuítas desenvolviam a educação formal, por meio de escolas católicas, destinadas principalmente aos filhos dos portugueses e aos futuros membros da Companhia de Jesus. Ainda no período colonial, foi fundado o Colégio da Bahia (1556), o Colégio do Rio de Janeiro (1567), transferido de São Paulo de Piratininga; o Colégio de Pernambuco (1576), em Olinda, e nos dois séculos seguintes foram fundados mais seis colégios e quatro seminários (ROSSI, RODRIGUES e NEVES, 2009).

Tais fatos revelam a razão pela qual, ao longo da história, houve um domínio da Igreja no que diz respeito à educação escolar brasileira.

Outra forma de educação que ocorreu fora dos colégios e das missões foi a dos escravos, que ocorriam dentro dos engenhos nos dois primeiros séculos da colonização. Nessa época, a Colônia era totalmente rural e havia poucas pessoas alfabetizadas. No entanto, a educação dos escravos não era voltada para a alfabetização, mas sim para o trabalho pesado nos engenhos. Com o uso da força e da violência, eram ensinados a obedecer às ordens dadas pelos senhores de engenhos, que os tinham como propriedade privada.

Com a descoberta do ouro, a imigração portuguesa cresceu de forma acelerada. Segundo Caio Prado (apud ROSSI, RODRIGUES e NEVES, 2009, p.41), a população que era de trezentos mil habitantes em 1700, passou para três milhões de habitantes até o final do século. Dessa forma, enquanto o número de portugueses crescia, a população nativa era disseminada, e o português passou a ser a língua predominante. A mineração tornou-se a principal atividade econômica nesse período e o rápido crescimento populacional favoreceu a urbanização. Com isso, a vida social, nessa fase do período colonial, deixa de ter o engenho como polo e passa a ter a cidade como centro da sociabilidade (ROSSI, RODRIGUES e NEVES, 2009).

Em meados do século XVIII, os princípios iluministas e as ideias de combater o Antigo Regime ganhavam força. Os pensadores iluministas acreditavam que a sociedade deveria ser transformada e que um poderoso instrumento para a educação dos homens seria a educação. Nesse período, segundo Rossi, Rodrigues e Neves (2009), os iluministas portugueses lutaram por uma série de reformas, entre as reformas encontrava-se a reforma do ensino, tanto para Portugal como para a Colônia, o qual ainda era dominado pela Companhia de Jesus.

Em 1759, Marquês de Pombal expulsou os jesuítas do território português, incluindo a Colônia. e iniciou uma reforma no ensino. No entanto, sabe-se que:

A Igreja, por meio dos jesuítas, antes da expulsão em 1759, já havia cooperado para a reforma dos costumes, porque disseminara a moral cristã, enaltecera a monogamia, criticara as relações incestuosas e disciplinara para o trabalho. As reformas pombalinas não pretendiam alterar essa “pedagogia cristã”, uma vez que ela assegurava a preservação das regras de civilidade, o temor a Deus e a obediência ao rei. (ROSSI, RODRIGUES e NEVES, 2009, p.49).

Nota-se a importância da Igreja para favorecer o domínio e a exploração portuguesa na colonização do Brasil. Sendo a educação o principal instrumento de dominação, onde a linguagem e

os costumes foram impostos através, inicialmente, da catequização e, posteriormente, do ensino escolar. A estratégia de Pombal em não romper com a "pedagogia cristã" se deu, certamente, por perceber que essa era favorável aos interesses da Coroa.

Em 1799, a Carta Régia confirma a descentralização da educação, através da delegação de poderes às autoridades locais e a criação de Escolas Menores acompanhando o ritmo particular de cada capitania. No entanto, mesmo com tal autonomia, a educação encontrou dificuldades para expandir-se pelo território colonial brasileiro, favorecendo o atraso em algumas capitanias e o desenvolvimento da educação, ainda que tardio, em outras. Tal fato acentuou as diferenças regionais e a desigualdade na forma como cada capitania desenvolvia-se.

Pombal, além de criar a primeira forma de ensino público na Colônia (as chamadas Aulas Régias), possibilitou que os filhos da elite brasileira fossem estudar na Universidade de Coimbra, desse modo, contribuiu para a formação de uma elite letrada.

É certo que havia poucas pessoas interessadas em frequentar as aulas régias, já que o ingresso na elite e a ocupação de cargos administrativos decorriam mais de riqueza e hereditariedade do que das capacidades adquiridas por meio da educação. (ROSSI, RODRIGUES e NEVES, 2009, p.49).

Além disso, o fato de ser uma colônia com grande parte da população composta por escravos, mineradores e agricultores restringia a demanda por ensino. Uma vez que os escravos eram impedidos de estudar e os trabalhadores rurais daquela época acreditavam que não havia a necessidade do estudo para desenvolvimento do trabalho no campo.

Com o início do Brasil Império (1808-1889), a Família Real portuguesa vem para o Brasil e decreta a abertura dos portos às nações amigas. Ainda nesse período, segundo Rossi, Rodrigues e Neve (2009), surge, em 1827, a primeira Lei de educação primária que estabelece que o ensino da leitura deve ser realizado com base na Constituição do Império e em um livro sobre a História do Brasil. Essa Lei institui como método oficial o Método do Ensino Mútuo e o uso de castigos sob o Método de Lancaster. Em 1834, houve a aprovação de um Ato Adicional que determinava que a instrução primária e secundária ficaria a cargo das províncias, sendo o Governo Central responsável apenas pelo Ensino Superior.

Nas primeiras décadas do Brasil República, que teve início em 1889 com a proclamação da República realizada por Marechal Deodoro da Fonseca, uma campanha em prol da difusão da escola de ensino elementar para todos ganha força. Em 1891, cria-se a 1ª Constituição da

República, que prioriza o ensino leigo nas escolas públicas em oposição aos ensinamentos religiosos, que predominaram durante todo o período colonial.

O Brasil República é marcado por influências de ideais positivistas e liberais de pessoas que acreditam no potencial transformador da educação. Sendo a educação vista como um instrumento de poder e com capacidade para promover a transformação social (ROSSI, RODRIGUES e NEVES, 2009). No entanto, tal educação limita-se a disciplinarização e desenvolvimento de crenças morais, e não a educação que promove a independência intelectual.

No Brasil, entende-se, generalizadamente, que o século XIX foi o período em que se construiu a transição da forma de trabalho escravista para a forma livre e, muito posteriormente, a assalariada. No território nacional, isso significou um período de modernização da estrutura produtiva, de diversificação do trabalho e da estrutura política. Esse processo de modernização foi se instituindo aos poucos, sob a tutela da classe dirigente que tinha consciência do projeto social que queria desenvolver. (ROSSI, RODRIGUES e NEVES, 2009).

O processo de modernização pelo qual a classe dirigente ansiava, incluindo a cobrança por um sistema nacional de educação que atendesse a todos, estava diretamente relacionado aos seus interesses políticos, econômicos e sociais. Eles objetivavam, na verdade, condições de instruir e preparar a população nacional livre, ex-escravos, pobres e imigrantes a trabalhar mais em nome da modernização e do progresso da Nação. Ainda no final do século XIX, iniciou-se o processo de industrialização, o qual necessitava de mão de obra minimamente qualificada (alfabetizada) para a execução de determinados trabalhos, sendo a educação um fator limitante para a industrialização brasileira.

O processo de industrialização segue lentamente e a educação no Brasil sofre poucas evoluções até meados do século XX com algumas adequações a realidade local de cada estado. Em 1930, Getúlio Vargas assume o poder como presidente provisório em meio a crise mundial capitalista, nesse mesmo ano é criado o Ministério de Educação e Saúde Pública.

Mesmo sem a universalização da escola básica, segundo Frigotto (2006), a partir do final dos anos 30, as elites dirigentes brasileiras, sob a tutela e subsídio do Estado, montaram um eficiente e amplo sistema de comunicação em massa, de início com a radiodifusão e, mais tarde, com o regime militar, as redes de televisão garantiram o seu espaço. Frigotto destaca que, "o monopólio (global) da mídia, em particular da televisão, constituiu, como o entende Pasolini (1990), um verdadeiro poder fascista". Enquanto o índice de analfabetismo era elevado, o número de pessoas que não tinham acesso ao rádio e a televisão era cada vez menor. O que fez dos sistemas

de comunicação (rádio e televisão) importantes aparelhos ideológicos, e de manipulação das massas, dominado pela elite brasileira.

Em 1932, houve o "Manifesto dos Pioneiros da Educação Nova", direcionado ao povo e ao governo, em que intelectuais criticavam a desorganização do sistema educacional. Além de propor que o Estado organizasse um plano nacional de educação do ensino primário ao ensino superior, defendiam também uma escola única, pública, laica, obrigatória e gratuita (DE AZEVEDO et al., 2010). Além disso, segundo o Manifesto, o Estado como representante da maioria e acima dos interesses de classes deveria ser o grande educador. Já que a educação confiada ao setor privado seria direcionada a uma parcela privilegiada da sociedade, aumentando as desigualdades sociais em vez de criar condições favoráveis para combatê-las. Tal Manifesto apresentou críticas a educação brasileira, que ainda nos dias de hoje não foram superadas, além de apresentar ideias que são discutidas até hoje, mas são pouco aplicadas.

Durante o século XX, a industrialização foi ganhando força, ao lado da agricultura de latifúndio e da monocultura, e trouxe mudanças significativas para a educação, o trabalho e as relações sociais. Impulsionou o desenvolvimento de áreas urbanas, dos meios de produções e do trabalho assalariado como principais atividades econômicas nessas áreas. Além de acentuar as desigualdades entre as classes sociais e dos conflitos de interesse. Segundo Rossi, Rodrigues e Neves (2009), a educação já tinha como característica básica um "sistema escolar dual: escolas de formação geral para as elites (que na maioria das vezes se dirigiria à universidade) e escolas profissionalizantes para as classes menos favorecidas (que não continuariam seus estudos)".

Após o governo provisório, Getúlio Vargas foi eleito pelo Congresso. Ainda em seu governo, em 1934, entra em vigor a 3ª Constituição Brasileira, e pela primeira vez a Educação é definida como um direito de todos, que deve ser garantida pela família e pelos poderes públicos. A escola era vista como um instrumento para formar cidadãos e prepará-los para o trabalho, no entanto, encontrava muita dificuldade para a expansão da educação através de uma escola pública, gratuita, obrigatória e laica, como havia sido proposto pelo Manifesto de 1932.

A educação pode ser entendida como um campo de disputa hegemônica, onde as lutas e os interesses de classes se manifestam e são determinantes para a existência de um modelo dualista de sistemas educacionais. Nessa perspectiva, segundo Frigotto (2006), o Brasil teve como óptica instrumentalista e pragmática, na vertente de adequação ao mercado de trabalho, o desenvolvimento nos anos 1940 com a criação da rede de escolas técnicas industriais e agrícolas (SENAI e SENAC)

e, posteriormente, com a Lei n. 5.692/71, que define a profissionalização compulsória no primeiro e segundo graus. Manifestando-se, assim, numa perspectiva pedagógica do aprender-fazendo, para justificar as escolas-produção.

A partir de então, a Educação passa por um período de poucas mudanças até 1945, quando Getúlio Vargas é deposto por um Golpe Militar, tem início a Nova República, trazendo transformações significativas para a Educação. Em 1946, uma nova Carta Magna é elaborada durante o governo do presidente Brigadeiro Eurico Gaspar Dutra, onde a Constituição determina a obrigatoriedade do ensino primário e reafirma o princípio de que a educação é um direito de todos. Em 1951, Getúlio Vargas volta a presidência por eleições diretas e dois anos depois cria o Ministério de Educação e Cultura.

Em 1956, Juscelino Kubitschek assume a presidência com metas para impulsionar a industrialização e o desenvolvimento do país. Em 1959, os intelectuais e educadores publicam um novo manifesto, o "Manifesto dos Educadores Mais Uma Vez Convocados", em que cobram do Estado a organização da escola pública para todas as classes sociais e a formação de um sistema nacional de ensino.

No campo educacional brasileiro, o período anterior ao golpe militar de 1964 é fortemente marcado pela Campanha em Defesa da Escola Pública, desencadeada em 1959. Foi centrada e liderada por professores e intelectuais das principais instituições de ensino e pesquisa do país, dentre eles Florestan Fernandes, Fernando de Azevedo, Almeida Júnior, Carlos Corrêa Mascaro, João Eduardo Villalobos, Fernando Henrique Cardoso, Laerte Ramos de Carvalho, Roque Spencer Maciel de Barros, Moisés Brejon, Maria José Werebe, Anísio Teixeira, Jayme Abreu, Lourenço Filho. As discussões sobre a necessidade de ampliação da oferta de escolarização e em defesa da escola pública e gratuita são intensas e estendem-se até a promulgação da Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional – LDBEN 4024, de 20. 12. 1961. (ROSSI, RODRIGUES e NEVES, 2009).

A primeira Lei de Diretrizes e Bases foi promulgada em 1961, quando finalmente foi criado o sistema nacional de ensino (essa lei sofreu modificações em 1968 e em 1971, depois foi substituída pela atual LDB, promulgada em 1996). Em 1962, foi criado o Plano Nacional de Educação e o Programa Nacional de Alfabetização.

Com o golpe militar de 1964, o Brasil avança em um período de desenvolvimento econômico, com uma maior eficiência e produtividade no setor industrial, com um maior controle do Estado e muita repressão militar. No setor educacional a política foi de reforma das estruturas educacionais, através de Leis e Decretos que possibilitem a expansão do ensino com a criação de

Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação. No entanto, essa reforma não ocorreu de forma crítica e democrática como os educadores dos Manifestos de 1932 e de 1959 desejavam, e sim de forma repressiva, autoritária e fascista em muitos de seus aspectos (ROSSI, RODRIGUES e NEVES, 2009, *apud* FERNANDES, 1984).

A Reforma do Sistema Nacional de Ensino aumentou a desigualdade de acesso à universidade, uma vez que houve a precarização da formação geral nas escolas públicas com a inclusão de disciplinas profissionalizantes, enquanto que nas escolas particulares continuavam a aplicar metodologias de ensino que favorecesse o preparo do estudante para o vestibular. Além disso, Rossi, Rodrigues e Neves (2009) destacam que as transformações realizadas na educação durante esse período pós-64 adaptou as manifestações da estrutura social dominante, atendendo à necessidade de escolarização para o desenvolvimento econômico e "social" do país, assegurando a estrutura de classes sociais na qual a sociedade estava, e permanece, acordada. Dessa forma, o ensino fundamental poderia ser ampliado, desde que ocorresse a contenção futura, com a restrição do acesso dos jovens pobres ao segundo grau e ao ensino superior.

Após o período de Regime Militar, o Brasil enfrentou um período de redemocratização, mas não conseguiu superar os efeitos do economicismo na política educacional que foi reforçado pela ideologia do regime militar. O período democrático retorna enfrentando consequências negativas diversas: desmantelamento da escola pública e reforço da educação como "negócio"; pelo dualismo que criava diferenças entre a educação para a classe trabalhadora e para a classe dominante; pelo tecnicismo e fragmentação que diluíram e esmaeceram o processo de conhecimento; pela proletarianização do magistério público, etc (FRIGOTTO, 2006).

Segundo Frigotto (2006), tais efeitos perduram, e muitos, se agravam. A educação no Brasil, que antes (1960-1970) era uma prática social que se definia pelo desenvolvimento de conhecimentos, habilidades, atitudes, concepções e valores articulados às necessidades e interesses das diferentes classes e grupos sociais, foi reduzida a mero fator de produção na formação de "capital humano". Ou seja, a educação teve a sua função social subordinada às demandas do capital. Essa relação entre o processo de produção e os processos educativos ou formação humana, segundo Frigotto (2006), vem marcada por relações conflitantes e, sobretudo, antagônicas. Onde a educação tem como sujeito definidor as necessidades e as demandas do processo de acumulação de capital sobre as diferentes formas de sociabilidade que assumir. No entanto, Frigotto deixa claro que, é o trabalho o criador da realidade humana.

Os anos 80/90 entram para a história como momento no qual a ofensiva neoliberal avança em escala mundial, buscando vencer mais uma crise do capitalismo, amplia as margens de lucro e favorece a maximização do capital se espraiando por áreas até então preservadas, como a educação. Já marcada pela universalização dualista o debate na área de educação incorpora claramente o objetivo de atendimento ao mercado e de formação de força de trabalho, mas com uma demanda diferenciada do que se tinha até então: se até aqui este binômio educação e mercado era marcado pelo aprender fazendo, isto é, a prática, a execução e o manejo, com a entrada da tecnologia há outra demanda para a educação: a exigência de novas requisições no trabalho e de um novo perfil de trabalhador, com uma formação abstrata, que acople diversos saberes e polivalência. (GUARANY, 2012)

O trabalho está diretamente vinculado à educação formal, uma vez que o trabalhador precisa ter acesso a essa educação para desenvolver o seu capital humano, necessário para vender a sua força de trabalho. Entretanto, a educação acessível ao trabalhador da classe proletária e a sua prole é desde o início rebaixada, desigual e limitada (MACENO e ACCIOLY, 2012). Por essa razão, temos, na medida em que o sistema capitalista se solidifica e os sistemas educacionais se estruturam, a nítida defesa da universalização dualista, segmentada, em que há a escola disciplinadora e adestradora para os filhos dos trabalhadores e escola formativa para os filhos das classes dominantes (burguesia). No entanto, ainda que a vertente que prega o adestramento do trabalhador através da educação obtenha êxito e dominância até os dias de hoje, passou a encontrar resistência com as políticas democráticas da Constituição de 1988 e a participação organizada de docentes e discentes na tentativa de intervir nos rumos da educação pública, sobretudo no ensino superior (GUARANY, 2012).

A educação, ainda hoje, mantém-se subordinada também ao sistema educacional proposto por uma aliança Estado-burguesia, onde o conhecimento permanece como um privilégio para alguns.

O Estado é estruturado como uma espécie de deus Janus que tem uma dupla face: uma privada e outra pública, que atua em função desta. Historicamente, tem se constituído no grande fiador de uma burguesia oligárquica, protegendo latifúndios improdutivos, terra como mercado de reserva, subsídios sem retorno e especulação financeira. (FRIGOTTO, 2006)

Além disso, Frigotto acrescenta que, nesta relação, entre o Estado e a burguesia, misturam-se jogo de influências, formação de quadrilhas de corrupção no âmago do aparelho do Estado, nepotismo e usura. Tal análise da realidade brasileira, embora tenha sido feita há muitos anos atrás, se mantém atual no funcionamento do Estado e no aparelho ideológico educacional. A situação social do país é reflexo dessa relação entre Estado-burguesia, onde a burguesia coloca os seus

representantes no poder para defender única e exclusivamente os seus interesses, não atendendo às necessidades da coletividade social e dos trabalhadores, além de ceifar os direitos já adquiridos.

Diante da realidade histórica e da atual política neoliberal que atua de forma global na economia, vimos à transição entre as diferentes formas de educação. Sendo a educação escolar um direito social adquirido, pode-se dizer que o capital apropriou-se deste direito? Segundo Frigotto (2006), embora a relação entre o processo econômico-social e a educação já estivesse presente na escola clássica liberal, a teoria da Economia da Educação, que define a educação como fator de produção, se explica somente no contexto das teorias do desenvolvimento, na teoria da modernização, após a Segunda Guerra Mundial.

A ideia-chave é de que a um acréscimo marginal de instrução, treinamento e educação, corresponde um acréscimo marginal de capacidade de produção. Ou seja, a ideia de capital humano é uma "quantidade" ou um grau de educação e de qualificação, tomado como indicativo de um determinado volume de conhecimentos, habilidades e atitudes adquiridas, que funcionam como potencializadoras da capacidade de trabalho e de produção. Desta suposição, deriva-se que o investimento em capital humano é um dos mais rentáveis, tanto no plano geral do desenvolvimento das nações, quanto no plano da mobilidade individual.(FRIGOTTO, 2006)

Ainda segundo Frigotto (2006), a disseminação da teoria do capital humano, como o remédio para a solução das desigualdades entre países desenvolvidos e subdesenvolvidos e entre os indivíduos, foi rápida nos países latino-americanos e de Terceiro Mundo, mediante os organismos internacionais (BID, BIRD, OIT, UNESCO) e regionais (CEPAL, CINTERFOR), que representam predominantemente a visão e os interesses do capitalismo integrado ao grande capital. A escola como uma instituição social mediante suas práticas no campo do conhecimento, valores, atitudes e, mesmo, por sua desqualificação, articula determinados interesses e desarticula outros. Além disso, a educação movimenta uma boa parte do "fundo público" que se constitui em pressuposto de investimentos produtivos (FRIGOTTO,2006).

CONCLUSÕES

O desenvolvimento desse trabalho confirma a hipótese levantada, que, historicamente, e ainda hoje, a classe dominante utiliza a educação, como aparelho ideológico, a seu favor. Uma vez que há uma formação diferenciada do capital humano (desde a educação básica) da classe

dominante e da classe trabalhadora, impossibilitando que ambas concorram de forma igualitária pelo acesso ao ensino superior, sendo a classe dominante mais uma vez privilegiada. Além de usar a educação em seu benefício para dominar os meios de produção e subjugar a classe trabalhadora ao trabalho operacional para favorecer a sua acumulação de capital.

Assim, podemos dizer que, a educação em uma sociedade de classes se estabelece como um campo de disputa hegemônica (FRIGOTTO, 2006). Onde interfere diretamente nas relações humanas e interesses de classes, inclusive nas relações de trabalho e nos meios de produção. Além disso, é determinante para definir os rumos do desenvolvimento capitalista de uma Nação. No Brasil, o processo de estruturação da educação sempre esteve ligado aos interesses da classe dominante, que utiliza esse aparelho ideológico a seu favor nas lutas e interesses de classe que surgem em cada momento histórico.

REFERÊNCIAS

DE AZEVEDO (ET AL.), F. **Manifestos dos pioneiros da Educação Nova (1932) e dos educadores 1959**. Fundação Joaquim Nabuco. ed. Recife: Massangana, v. (Coleção Educadores), 2010. 122 p.

FRIGOTTO, G. **Educação e crise real do capital**. 8º Edição. ed. Petrópolis - RJ: Vozes, 2006.

GUARANY, A. M. B. TRABALHO DOCENTE, CARREIRA DOENTE: a privatização produtivista e a mercantilização da educação e seus efeitos sobre os docentes. **Revista Educação por Escrito - PUCRS**, v. 3, n. 1, julho 2012.

MACENO, T. E.; ACCIOLY, L. Educação, reprodução social e crise estrutural do capital. In: BERTOLDO, E. E. A. (. **Trabalho, Educação e Formação Humana**. São Paulo: Instituto Lukács, 2012.

MACHADO, F. D. **Os limites do discurso da igualdade racial no Brasil**. Universidade Federal de Alagoas. Maceió, p. 125. 2009.

ROSSI, E. R.; RODRIGUES, E.; NEVES, F. M. (.). **Fundamentos históricos da Educação no Brasil**. 2. ed. rev. e ampl. ed. Maringá: Eduem, 2009.

VAISMAN, E. **Althusser**: Ideologia e Aparelhos de Estado: Velhas e Novas Questões. 33. ed. São Paulo: Projeto História, 2006. 247-269 p.